



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 064/2015

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, 3ª COMISSÃO ORÇAMENTO, FINANÇAS, ECONOMIA E PLANEJAMENTO E 7ª COMISSÃO ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA, RELAÇÃO DO TRABALHO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Processo nº - 001571/15

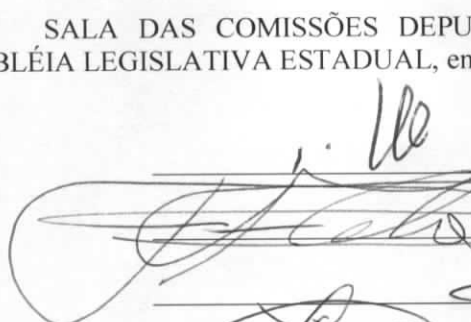


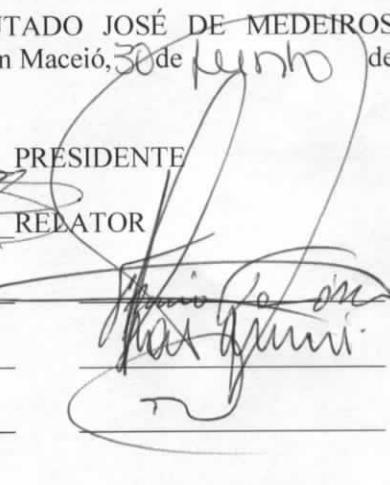
Relator: Deputado Ricardo Nezinho

Encontra-se nesta Comissão para análise e parecer, o Projeto de Resolução nº 23/15, da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Alagoas, que “Dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, extingue cargos e funções gratificadas e adota outras providências”.

Quanto ao mérito que compete a estas Comissões examinarem, verificamos que não existe óbice na tramitação normal do presente projeto, logo, somos de parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 30 de junho de 2015.


PRESIDENTE

RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 064/2015

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, 3ª COMISSÃO ORÇAMENTO, FINANÇAS, ECONOMIA E PLANEJAMENTO E 7ª COMISSÃO ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA, RELAÇÃO DO TRABALHO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Processo nº - 001571/15

Relator: Deputado Ricardo Nezinho

Encontra-se nesta Comissão para análise e parecer, o Projeto de Resolução nº 23/15, da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Alagoas, que “Dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, extingue cargos e funções gratificadas e adota outras providências”.

Quanto ao mérito que compete a estas Comissões examinarem, verificamos que não existe óbice na tramitação normal do presente projeto, logo, somos de parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 30 de junho de 2015.

PRESIDENTE

RELATOR

2 (Voto contrário)

Adolfo (Voto contrário)



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Em consonância com a Lei Complementar
nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de
Responsabilidade Fiscal)

TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

Geração de despesa obrigatória de caráter continuado

DESCRIÇÃO: Aumento de Despesa Total com Pessoal

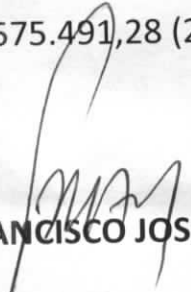
Funcional Programática: 01122000120040000 - MANUTENÇÃO DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA ESTADUAL

IMPACTO ANEXO I DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2015

		IMPACTO MENSAL	
		VALOR	
Mês	Exercicio 2015	Exercicio 2016	Exercicio 2017
Janeiro		82.213,04	82.213,04
Fevereiro		82.213,04	82.213,04
Marco		82.213,04	82.213,04
Abril		82.213,04	82.213,04
Maiο		82.213,04	82.213,04
Junho		82.213,04	82.213,04
Julho	82.213,04	82.213,04	82.213,04
Agosto	82.213,04	82.213,04	82.213,04
Setembro	82.213,04	82.213,04	82.213,04
Outubro	82.213,04	82.213,04	82.213,04
Novembro	82.213,04	82.213,04	82.213,04
Dezembro	82.213,04	82.213,04	82.213,04
Total	575.491,28	1.068.769,52	1.068.769,52

Descrição resumida: Haverá extinção de 109 cargos e funções, enquanto a criação de 120 cargos e funções, o que praticamente neutraliza um substancial impacto da despesa: folha de pagamento de pessoal e encargos sociais.

Valor previsto da despesa: 575.491,28 (2015) – 1.068.769,52 (2016) – 1.068.769,52 (2017)



FRANCISCO JOSÉ DA SILVA

Diretor de Recursos Humanos